

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.032 - SE (2019/0119233-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MICHAEL RICARDO DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, sustenta o recorrente, em síntese, que *a venerável decisão da Câmara Criminal incorreu em erro in judicando, ao manter a sentença do juízo a quo, que, por meio de fundamentação inidônea, não efetuou a redução da pena-multa imposta ao réu pelo juízo a quo, violando o art. 49 do CP bem como o princípio da proporcionalidade, alegando que o valor da pena de multa aplicado não se revela excessivo. No entanto, a multa foi sido fixada em 45 (quarenta e cinco) dias-multa, sendo muito alta, visto que o acusado não tem condições de pagar, por ser pobre na forma da lei (fl. 223).*

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja estabelecida no mínimo legal a pena de multa.

Apresentada contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

Quanto à pena de multa, assim se manifestou o acórdão recorrido (fl. 212):

Da leitura da sentença, no tocante à primeira fase da dosimetria, ou seja, o exame das circunstâncias judiciais (art.59, CP), percebo que o magistrado de piso foi coerente quando da sua análise, valorando cada item de acordo com os requisitos legais e com a devida razoabilidade, aplicando a pena-base em patamares proporcionais ao número de circunstâncias judiciais desfavoráveis. Na segunda fase da dosimetria, observo que houve coerência do magistrado, tendo este inclusive beneficiado o Réu com a compensação da atenuante da confissão com a agravante da reincidência, **impondo ao final a pena definitiva de 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção, além de 45 (quarenta e cinco) dias multa, esta na proporção de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos narrados na denúncia.**

***In casu*, acertadamente fixou o Eminentíssimo Julgador o valor para cada dia-multa em 1/30 – um trigésimo, ou seja, no mínimo. Logo, o valor no mínimo da pena de multa aplicado não se revela excessivo e tampouco se pode dizer que os critérios de que se valeu o Juízo de planície para**

fixá-lo tenham se escorado em desproporcionalidade.

A argumentação defensiva de que os Agentes não dispõem de recursos financeiros para arcar com o adimplemento da reprimenda, trata-se de matéria que deve ser enfrentada pelo Juízo de Execução Criminal, oportunidade em que o Douto Magistrado poderá definir outra forma de pagamento menos onerosa para a execução da pena, como destacado pelo Órgão Promotorial.

Diante disso, não vislumbro nenhuma justificativa que pudesse respaldar o acolhimento da pretensão modificativa articulada pela defesa.

Com efeito, cabe ressaltar que a revisão da dosimetria somente pode ocorrer, em recurso especial, em hipóteses em que a desproporcionalidade seja patente, o que não se verifica na hipótese, porquanto o *quantum* de 45 dias-multa, diante da existência de uma vetorial negativa, não se mostra excessivo, sobretudo considerando-se o patamar mínimo e máximo abstratamente cominado, de 10 a 360 dias-multa, consoante art. 49 do CP. A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. NÃO CONHECIMENTO DA MATÉRIA. OFENSA AO ART. 49 DO CP. FIXAÇÃO DA PENA DE MULTA QUANTIDADE DE DIAS-MULTA. DESPROPORCIONALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR DO DIA-MULTA CALCULADO COM BASE NA CAPACIDADE ECONÔMICA DA RÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PENA IGUAL A 4 ANOS. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REGIME SEMIABERTO. POSSIBILIDADE. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "O prequestionamento de teses jurídicas constitui requisito imprescindível para admissibilidade de recurso especial, mesmo quando se tratar de matéria de ordem pública, sob pena de indevida supressão de um dos graus de jurisdição." (AgRg no AREsp 298.957/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 5/3/2018).

2. Fixada a pena-base em 3 anos de reclusão, um pouco acima da metade da pena máxima cominada para o crime de estelionato (art. 171, do CP - 1 a 5 anos), não se revela desproporcional a pena de multa fixada em 200 dias-multa, um pouco acima da metade da quantidade máxima prevista no artigo 49 do Código Penal (10 a 360 dias-multa). Estabelecido o valor do dia-multa com base na condição econômica da ré, rever as conclusões das instâncias ordinárias sobre a matéria demandaria necessariamente nova análise do material fático-probatório dos autos,

Superior Tribunal de Justiça

providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 desta Corte. 3. É assente nesta Corte Superior o entendimento de que a existência de circunstância judicial desfavorável permite o estabelecimento de regime mais gravoso que o previsto pela quantidade de pena. No caso, ainda que a pena aplicada não seja superior a 4 anos, a existência de circunstância judicial desfavorável autoriza a fixação de regime prisional semiaberto.

4. O art. 44 do Código Penal estabelece que será admitida a conversão da pena corporal por restritiva de direitos se "a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente". No caso, não preenchido o requisito subjetivo, inviável a conversão.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1455786/PB, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator